



**DE ONDE VEM E PARA ONDE VÃO AS MULHERES? MOVIMENTOS
FEMINISTAS PROTAGONIZANDO DIREITOS HUMANOS PARA AS MULHERES**

**WHERE ARE THEY COMING AND WHERE ARE THEY GOING TO?
FEMINIST MOVEMENTS ARE FEATURING HUMAN RIGHTS FOR WOMEN.**

Rosemara Unser¹
Rosângela Angelin²

RESUMO

No contexto do debate acerca dos Direitos Humanos, um tema que ainda gera muita polêmica é em relação aos Direitos Humanos das Mulheres e a ação de Movimentos Feministas em prol destes. Assim, o escopo deste trabalho é buscar compreender em que medida a ação dos Movimentos Feministas tem contribuído para a efetivação de Direitos Humanos para as Mulheres no Brasil. Para nortear este estudo, utilizou-se do método hipotético dedutivo e *método de procedimento* sócio-histórico-analítico, nos quais se buscou dar tratamento localizado no tempo à matéria objeto do estudo, pretendendo investigar acontecimentos envoltos à história das mulheres, bem como processos e Movimentos Feministas que alavancaram e possibilitaram o desenvolvimento dos Direitos Humanos das mulheres. Diante da pesquisa constatou-se que as mulheres desenvolveram processos de resistência a opressão patriarcal no decorrer da história da humanidade, destacando-se, em especial, a ação dos Movimentos Feministas que, além de empoderar as mulheres, foram protagonistas da positivação de Direitos Humanos para as Mulheres.

Palavras-Chave: Constituição Federal de 1988. Direitos Humanos das Mulheres. Movimentos Feministas. Patriarcado.

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Santo Ângelo-RS e Integrante do Projeto de Pesquisa *Direitos Humanos e Movimentos Sociais na sociedade multicultural*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS. E-mail: ro.unser@hotmail.com

² Pós-Doutora pela Faculdades EST, São Leopoldo-RS. Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Doutorado e Mestrado em Direito da URI Campus Santo Ângelo-RS e da Graduação de Direito desta Instituição. Coordenadora do Projeto de *Direitos Humanos e Movimentos Sociais nas Sociedades Multiculturais* do PPGDireito, acima referido. Integrante do Núcleo de Pesquisa de Gênero da Faculdades EST. Integrante do Projeto *Teología y Sexualidad, Salud Reproductiva y Derechos (Teología y SSRD)*, desenvolvido junto à Faculdades EST e a Pontífice Universidad Javeriana (Colômbia). Integra a Marcha Mundial de Mulheres. E-mail: rosangelaangelin@yahoo.com.br



ABSTRACT

In the context of the debates about Human Rights, an issue that causes controversy is in relation to Women's Human Rights and the feminist movement's action in order to help. Therefore, the objective of this job is to comprehend to what extent the Feminist Movement's action has contributed for the attainment of Human Rights directed for Women in Brazil. To perform this study, it has been used hypothetical and deductive method, and Social, historical and analytical method, whose sought to give localized treatment subject's time, in order to research events surrounded the women's history. Onwards the research, it has established that women developed resistance for the patriarchal oppression over the human's history, mainly pointed the Feminist movement's action that besides gave power for the women, helped to create Women's Human Rights.

Key Words: Federal Constitution of 1988. Women's Human Rights. Feminist Movements. Patriarchy.

INTRODUÇÃO

Embora de formas e intensidades diferenciadas, as mulheres ao longa da história foram protagonistas de processos de resistência contra a opressão voltada para si, em especial diante do esteriótipo opressor que lhe foi sendo imposto no andar das história e das relações de poder construídas. Elas buscaram fissuras na ordem social e jurídica vigente para se afirmarem como cidadãs e, por conseguinte, portadoras de Direitos Humanos, situação esta reservada, até pouco tempo, aos homens. A história oficial, mesmo que de forma um tanto tímida, acaba revelando processos de resistência das mulheres a diversas formas de opressão, bem como, uma busca destacada por direitos de cidadania, em especial, a partir da Idade Moderna, com o nascer de Movimentos Feministas.

Para compreender melhor este processo de conquista de Direitos Humanos das Mulheres, considera-se importante buscar, primeiramente, aportes em outras áreas do conhecimento, como na antropologia, arqueologia e história, a fim de se construir um cenário de como as mulheres viviam em vários períodos históricos e como o processo de opressão patriarcal foi sendo construído e foi modificando as identidades das mulheres, para então, adentrar no contexto do nascimento dos



Movimentos Feministas, tendo presente à influência do patriarcado e das demais relações de poder que o englobam, como a atuação religiosa, do Estado e da família no processo de opressão das mulheres, buscando vislumbrar resultados práticos da atuação destes movimentos que garantiram acesso a Direitos Humanos para as Mulheres.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONTRUÇÃO DAS IDENTIDADES FEMININAS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

A construção do *ser* mulheres na história encontra-se em constante transformação. A busca pela reapropriação do poder roubado, não permitido e desacreditado, não é tarefa fácil, tampouco, nem todas as mulheres estão dispostas, tem forças ou possuem percepção suficiente para fazê-lo, pois, o processo de libertação para permitir o nascimento da nova mulher, a mulher que já não é sombra do outro, neste caso, dos homens, sejam eles o pai, o marido, o chefe, e/ou líderes religiosos, pode ser árduo e doloroso. Em pleno século XXI denota-se que a desigualdade de gênero segue gritante no mundo todo, algumas vezes com maior ou menor proporção. O pano de fundo está tecido no patriarcado, que vitima o sexo feminino independente de etnias, situação financeira ou credo. Neste sentido, há uma identidade subalterna construída nas e para as mulheres, independente das condições em que vive.

Porém, cabe ressaltar que, a sociedade nem sempre foi desequilibrada em termos de relações entre gênero, pois, existem fortes evidências, a partir de releituras arqueológicas e estudos antropológicos, que no início da humanidade existiu uma estrutura social de igualdade e parceria que foi a base da convivência humana. Neste contexto nenhuma metade da humanidade era colocada acima da outra, e nenhuma diferença foi igualada a inferioridade ou superioridade. As mudanças culturais ocorridas nas relações humanas, antes de parceria, passou para outras formas de relações destacando-se: guerras, força e poder. Sendo assim, o princípio essencial na substituição do modelo de parceria vivido pelas sociedades primitivas, foi o modelo de dominação. Surge então, diante desse cenário uma necessidade de desconstruir esse poder ideológico e opressor, e reconstruí-lo valorizando a dignidade da pessoa humana. E para isso, a luta das mulheres busca



reduzir a desigualdade de gênero, busca um espaço de reconhecimento identitário, um espaço de igualdade nos espaços públicos e privados (EISLER, 2007).

Neste contexto de desigualdades encontram-se os processos de formação de identidades que vislumbram as diversidades identitárias e que não podem ser estudados de forma distinta. Assim, observa-se que o mundo está em plena transformação e, conseqüentemente, os sujeitos e suas identidades se modificam. No que concerne à contribuição dos movimentos sociais, neste caso os Movimentos Feministas, para a emancipação das mulheres, percebe-se que essas têm encontrado nestes movimentos um espaço de luta, força e resistência para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva para as mulheres. Nesta seara, observa-se que em todas essas conquistas das mulheres, há um passado histórico, cultural e social, que sofreram e seguem sofrendo processos transformadores no decorrer da trajetória da humanidade. E, para conhecer-se todo este processo, nesta parte do estudo pretende abordar acerca da formação identitária e, a partir então, tecer considerações sobre as identidades femininas dentro dos espaços onde ocorrem as desigualdades de gênero. Para tanto, se faz importante analisar quais foram as influências do Estado, sociedade, Leis, família e igreja na construção das identidades.

Nesse mote, vale referir também o crítico literário britânico Terry Eagleton, a partir de sua obra *A ideia de cultura*, na qual ele avalia a cultura como uma transição histórica de grande importância para as culturas e conseqüentemente, para as identidades que vivem em uma sociedade. Para isso é necessário que haja uma simpatia, um aceite entre os seres humanos. Isso é difícil ocorrer, especialmente devido às relações de poder que ocorrem na sociedade. A formação das identidades é composta por influências culturais, no qual apresenta diferentes formas de manifestações. A cultura se denomina como sendo um conjunto de significados/significantes que, através das tradições, desvia-se para uma nova forma de situar-se, produzir-se, no sentido amplo, pode-se definir como um processo de metamorfose em que novos conceitos, compreensões e caminhos permitem o surgimento de novos sujeitos ou a modificação de suas identidades (EAGLETON, 2000).

A diversidade cultural, também é uma forma de manifestação de relação entre as culturas, ou seja, são diferentes culturas que se encontram imbricadas umas nas outras. Assim, observa-se que a sociedade é constituída por diferentes tipos de



culturas, que dentro de si também vão se modificando com o passar dos tempos e com as influências externas, sendo que uma se reflete nas diferenças da outra, mesmo estando em lugares remotos uns dos outros (EAGLETON, 2000, p. 25; 67). Neste contexto, vão se elucidando as ligações entre cultura e identidades para o processo identitário.

Stuart Hall, considerado um dos pioneiros nos Estudos Culturais, assume, em suas proposições sobre a construção da identidade, um posicionamento simpático às ideias de descentramento, deslocamento ou fragmentação das identidades modernas. Na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, o autor explora a questão da identidade e da diferença e suas implicações discutindo sua provável abrangência. Antes, contudo, adverte que as tendências relacionadas a esse tema são recentes e ambíguas, afirmando que “[...] o próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido, na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2000, p. 8). Assim, Hall afirma que as identidades encontram-se no processo de discussão na teoria social e, que estão em declínio, propiciando o surgimento de novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, denotando, desta forma, que a cultura e as tradições são fatores muito influentes na construção de identidades, estando sempre em processo de transformação (HALL, 2000, p. 43). Diante disso, o autor salienta que as identidades passam tanto por processos conscientes, quanto inconscientes de transformação, não se podendo, diante disso, se falar de identidades acabadas, mas sim, falar em identificação, percebendo a ação temporal sujeita a historicização e a influências inconscientes. No caso das mulheres o que comprova isso são as mudanças e ressignificações identitárias dos últimos períodos, em especial, baseadas nas ações dos Movimentos Feministas (HALL, 2000, p. 38).

A estabilidade das identidades culturais passou a ser testada, a partir do processo migratório de culturas, ocorrendo principalmente em relação a diminuição tempo-espço, como tão bem aborda Anthony Giddens, sociólogo inglês, membro do King’s College e professor de Sociologia, da Universidade de Cambridge. Em sua obra *A Constituição da Sociedade* o autor afirma que as diferenças entre sujeitos não são somente epistemológicas, mas ontológicas, sendo que uma proposição infere no sujeito enquanto produtor de práticas que conferem sentido à estrutura que participa, enquanto a outra, afirma que este sujeito é produto da estrutura à qual faz



parte, realçando, inclusive, as qualidades restritivas desta estrutura (GIDDENS, 2003, p. 56).

O conceito de identidades tem sido questionado por diferentes áreas do conhecimento, desconstruindo a ideia de uma identidade única, integral e originária, o que faz com que o conceito seja amplamente debatido. Kathryn Woodward, professora da *Open University*, no ensaio retirado de seu livro *Identity and difference*, a autora propôs uma introdução conceitual sobre a relação entre identidade e diferença, dando ênfase ao aspecto de migração para entender a formação da identidade cultural, ponderando que a migração é capaz de produzir identidades plurais e, ao mesmo tempo, identidades que são contestadas diante das desigualdades sociais (WOODWARD in SILVA [Org.], 2000, p. 21). Foi o que acabou ocorrendo com as desigualdades de gênero que, ao se tornarem muito evidentes, suscitaram contestações e, ao mesmo tempo, possibilitaram a organização das mulheres em torno da busca de um reconhecimento identitário mais próximo a isonomia de direitos.

Tomaz Tadeu da Silva, professor colaborador do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ressalta que, em uma primeira aproximação, a identidade parece ser um conceito fácil de ser definido, ou seja, é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro, sou negro, sou homossexual, sou jovem, sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (aquilo que sou), uma característica independente, um fato autônomo. Porém, quando se afirma algo, se está também negando algo. Afirma-se que minha identidade nacional é brasileira, então quer dizer também que não sou argentino, ou chinês. As identidades não teriam sentido se fossem todas iguais (SILVA in SILVA [Org.], 2000, p. 74-75). Neste sentido, identidade e diferença são conceitos que andam juntos e quando se fala em identidades femininas, necessariamente, está se falando também em identidades masculinas, que são os opostos dessas.

Zygmunt Bauman, sociólogo e professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia, salienta que as identidades não são algo no qual obtemos juntamente ao nascimento, nem tampouco foi algo natural gestado na experiência humana, mas sim algo forçado que se desencadeou a recriar uma nova realidade. Para ele, “A ideia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que essa desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o deve e o é e



erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia” (BAUMAN, 2005, p. 26).

Ainda nessa abordagem, Manuel Castells, sociólogo espanhol, investiga há mais de duas décadas, os efeitos da informação sobre a economia, a cultura e a sociedade em geral, na sua obra *O poder da identidade*, onde destaca que a identidade é uma relação social, não natural que se transforma assim como a cultura. Portanto, a identidade é construída e manipulada, assumindo também um caráter político (CASTELLS, 2001, p. 25). A identidade não é algo garantido, não tem solidez de uma rocha, e tampouco é fixa para toda a vida. As identidades são negociáveis e revogáveis, dependendo das decisões e caminhos que o sujeito percorre e da maneira como age (BAUMAN, 2005, p. 17). A identidade é algo que não se esgota em si mesma, pois o que a define são as relações com as outras pessoas. Neste raciocínio, também a diferença é concebida como uma identidade independente. A diferença é aquilo que o outro é, ou seja, auto referenciada, como algo que remete a si própria: “A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe” (SILVA *in* SILVA, 2000, p. 74).

Diante destas perspectivas, percebe-se que existem problemas em relação às diferenças identitárias. Segundo Silva, “[...] identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência e a diferença tal como a identidade, simplesmente, existe – são inseparáveis” (SILVA *in* SILVA, 2000, p. 74), como é o caso das relações de gênero na sociedade atual. Destarte, também Woodward afirma que a identidade é marcada pela diferença e, essa marcação tem seus próprios problemas e a diferença é marcada pela exclusão (WOODWARD *in* SILVA [Org.], 2000, p. 9). Nessa seção, vale lembrar que a diferença vista aqui, de forma positiva, se reflete em mudanças sociais e são manifestadas através de conflitos identitários e de lutas, como ocorrem com os novos movimentos sociais, bem como os movimentos mais antigos de classes, movimentos feministas, e outros os ligados à raça e etnia. Os dados acima relacionados conduzem que, as identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem (WOODWARD *in* SILVA [Org.], 2000, p. 25). As mudanças identitárias podem ser positivas para os indivíduos e as sociedades onde vivem, como no caso das mulheres na atualidade, que estão em processo de mudanças identitárias e, ao mesmo tempo, propiciando que a sociedade modifique o reconhecimento equivocado de suas identidades.



Neste intuito de *quem podemos nos tornar* é que a discussão das mudanças nas relações de gênero se insere. A identidade feminina dá-se a partir da construção através de vivências e das diferenças com as identidades masculinas, e é a partir de lutas contra a desigualdade nas relações de gêneros, que a mulher poderá ter uma vida dignificada e com um tratamento isonômico em relação aos indivíduos da sociedade, ou seja, através da construção de novas identidades.

Charles Taylor, filósofo canadense, reconhecido pelas suas contribuições em filosofia política, filosofia social e em história da filosofia, investiga em sua obra *A política de reconhecimento*, os reconhecimentos identitários, enquanto uma proposta ético-político para a contemporaneidade, que tem se firmado como um frutífero quadro conceitual para compreender as lutas sociais. O autor advoga pela tese de que, a identidade é desenvolvida a partir daquilo que o ser humano é e, de onde ele vem, pois, a identidade é atribuída ao ambiente em que os seres humanos habitam, as suas opiniões de forma individual e também coletiva (TAYLOR *in* TAYLOR, 1994, p. 54). Susan Wolf, ao tratar do reconhecimento identitário das mulheres afirma que estas têm suas identidades reconhecidas, porém, este reconhecimento é equivocado, baseado numa identidade de opressão, exploração e submissão, necessitando-se trabalhar por um reconhecimento que não seja excludente (WOLF *in* TAYLOR, 1994).

Por conseguinte, há de se destacar que os lugares historicamente reservados para as mulheres na sociedade sofrem algumas variações, dependendo de fatores culturais, bem como das relações de poder estabelecidas. Diante do aporte teórico acerca de identidade e diferença e de sua mutabilidade, se faz mister ressaltar que a naturalização dos papéis femininos sob o enfoque de permanência nos espaços privados e submissos aos homens é uma construção política e social. Uma forma de desmistificar esta naturalização pode ser alcançada a partir do conhecimento da história da humanidade, embasada outras áreas do conhecimento, como será realizado neste trabalho, a partir de estudos e evidências arqueológicas, que apontam para a afirmativa de que, nos períodos paleolítico e neolítico, as relações entre os seres humanos eram de parcerias e cooperação, onde homens e mulheres, embora com papéis sociais diferentes, não se oprimiam a partir de suas diferenças biológicas ou de papéis sociais.

E justamente neste contexto que Riane Eisler, socióloga, advogada e ativista social, realizou uma busca em descobertas arqueológicas, a partir de uma outra



ótica e apresentou os resultados em sua obra *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro*. Destaca a autora que, a partir de escavações arqueológicas foram encontradas diversas esculturas femininas (estatuetas), que expressavam o culto à fertilidade e às mulheres, sendo estas esculturas conhecidas como as “Vênus”, e, em sua maioria eram esculpidas à imagem de mulheres grávidas, exaltando seu *poder de gerar a vida* (EISLER, 2007, p. 39-40).

Os estudos de Rosemary Ruether, teóloga e feminista americana, em sua obra *Sexismo e Religião*, corroboram com as pesquisas de Eisler e destacam que as figuras femininas assumiam um papel primordial entre os seres humanos, ou seja, de uma figura divina que trazia no seu ventre a “Matriz Primordial, o grande útero dentro do qual são geradas todas as coisas, Deuses e humanos, céu e terra, seres humanos e não-humanos” (RUETHER, 1993, p. 46). Tais descobertas demonstram que imagens femininas localizavam-se em posição central, diferentes dos símbolos masculinos que ocupavam posições periféricas ou estavam dispostos em volta das figuras e símbolos femininos. Além das esculturas foram encontrados santuários, cemitérios e pinturas rupestres que pareciam estar relacionadas a um culto dedicado a uma deidade feminina, ou seja, a *Grande Deusa Mãe*. Para Eisler, as figuras femininas demonstravam a tentativa de compreender a vida e a morte e, acima de tudo, expressar que a vida nasce no corpo da mulher: “[...] junto a consciência do existir diante de outros seres humanos, animais e o resto da natureza, deve ter surgido a consciência do espantoso mistério – e da importância prática – do fato de que a vida emerge do corpo de uma mulher” (EISLER, 2007, p. 45-46).

Durante milênios, na história da humanidade a divindade suprema era feminina e, partindo desse pressuposto, evidencia-se uma estrutura social pré-patriarcal baseada em relações equitativas e de parceria, não se sobrepondo as homens às mulheres ou vice-versa, como alguns estudiosos defendem, quando afirmam que se não era uma sociedade patriarcal, então era matriarcal. Porém, não existem indícios e evidências que confirmem esta hipótese, uma vez que a estrutura destas sociedades era destacadamente igualitária e sem subordinação (EISLER, 2007, p. 67).

Com o passar dos tempos houve transformações culturais, gerando rupturas nas sociedades que eram de parcerias e igualdades para sociedades de dominação patriarcal. De acordo com Eisler, fatores como as mudanças climáticas com grandes períodos de seca contribuíram para a mudança nas relações entre homens e



mulheres, fazendo com que as mulheres e crianças dependessem do alimento proteico garantido pela caça realizada pelos homens (EISLER, 1996). Posteriormente, seguiu-se “[...] um período caracterizado por longas sucessões de invasões no norte asiático e europeu por povos nômades que trouxeram consigo deuses masculinos”. Assim, a partir desse posicionamento, e não excluindo a existência antropológica de outras formas de pensar, os homens passaram a construir uma sociedade, no qual eram impostas suas ideologias e a subordinação das mulheres aos homens. Neste sentido, ficaram evidentes as diferenças de comportamentos que passaram a ser o maior motivo da desigualdade de gênero (EISLER, 2007, p. 67-68). Houve a mudança das sociedades de parceria e cooperação para sociedades alicerçadas na dominação masculina, com uma estrutura social hierárquica e relações sociais de violência, representando um retrocesso nas formas de organizações sociais e, conseqüentemente, nas relações de gênero hierárquicas (EISLER, 2007, p. 92; 95).³

Num salto histórico bastante significativo e, não excluindo a importância de outros dados acerca do tema, adentra-se a fatos do período da Idade Média, em que a humanidade vivenciou um processo de extermínio de mulheres e um aprofundamento de identidades femininas submissas e oprimidas, tendo uma significativa contribuição da Igreja e do Estado de Direito, através do processo jurídico denominado de *Caça as Bruxas*, baseado no extermínio, em especial de mulheres camponesas e de seus conhecimentos milenares envolto na cura de doenças, que, conseqüentemente, lhe garantiam prestígio social e afrontavam o poder masculino, em especial da igreja católica, mas também pela igreja Protestante e pelo próprio Estado, assumindo um significado religioso, político e sexual (ANGELIN, 2014, p. 1577). Ocorre que, neste contexto, os médicos e a igreja sentiram-se ameaçados pelo poder das mulheres e, então, passaram a acusa-las de possuírem magia e causarem as pragas e epidemias da época. Elas foram

³ Corroborando com esta ideia, Friedrich Engels, filósofo alemão, em sua obra *A origem da família, da propriedade e do Estado*, também faz ponderações sobre a mudança de sociedade de parceria para patriarcado, afirmando que a primeira forma de opressão existente ocorreu do homem sobre a mulher, em detrimento da monogamia imposta, a fim de saber quem era sua prole para repassar seus bens materiais, após sua morte (ENGELS, 2002, p. 184). Vale destacar aqui que este autor se diferencia dos posicionamentos de Riane Eisler, na medida em que, para ele, a origem da opressão dos homens sobre as mulheres se deu no momento em que os homens descobriram sua parte efetiva na geração da vida e, com isso, tomaram as mulheres como suas propriedades privadas a fim de saber de onde provinha sua prole e, com isso poder garantir os direitos sucessórios. Já, para Eisler (2007), a opressão originou-se não pelos mesmos motivos, mas sim, pelos elementos já trabalhados neste texto que envolveram questões climáticas que afetaram as relações humanas.



consideradas seres do mal, capazes de espalhar doenças, matar crianças e, até mesmo provocar tempestades (ANGELIN, 2014, p. 1577).

Colacionamos ao texto as palavras da obra *O que é feminismo*, de Branca Moreira Alves, formada em História e Direito, defensora dos movimentos feministas e Jacqueline Pitanguy, socióloga, pesquisadora na área da Organização Internacional do Trabalho (OIT), percebe-se que o processo de caça às bruxas foi criado num contexto de dominar as mulheres e mostrar o lugar delas nas sociedades, ou seja, invisíveis dentro do âmbito privado, reservando o monopólio da cura de doenças aos homens (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 22).

Na história das mulheres, envolvendo a interferências não só objetiva, como também subjetiva na formação identitária, não se pode renegar também outro fato histórico envolvendo a religião e cultura popular, que foi a opressão contra as mulheres através dos mitos e contos, sendo que intensificou ainda mais o papel de submissão imposto às mulheres. Vale salientar que, a religião cristã contribuiu de forma intensa, utilizando-se da Bíblia, principalmente no Antigo Testamento, onde as leis eram editadas pelos homens, os quais garantiam a propriedade sobre as mulheres que, num primeiro momento pertenciam aos seus pais e, depois, se tornavam propriedade de seus esposos (EISLER, 2007, p. 151). Nesta mesma seara, Ivone Gebara, freira católica, filósofa e teóloga feminista, pondera em sua obra *Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*, que os símbolos do cristianismo também são patriarcais, e por isso criou-se uma cultura de obediência ímpar à figura masculina que vai desde Jesus até os apóstolos, padres, pais, irmãos, etc., a qual passou a ser o centro da religião patriarcal que gera a opressão e o autoritarismo (GEBARA, 2000, p. 156-157).

Karen Bergesch licenciada em filosofia pela (UNISINOS), mestre e doutora pela Escola Superior de Teologia (EST), em seu artigo intitulado *Falas de violência e o imaginário religioso*, realiza uma retomada histórica acerca da visão da mulher dentro da igreja e menciona a passagem bíblica “[...] de Paulo, em 1 Coríntios 11.3, que afirma ser o homem a cabeça e a mulher o corpo”, o que colaborou para a subordinação da mulher. A autora ressalta que, tal passagem foi usada para justificar o porquê às mulheres não tinham acesso a muitos direitos de cidadania, sendo assim, propriedades exclusivas de seus pais ou maridos (BERGESCH, 2008, p. 118). Ainda nesse contexto, Bergesch pondera que, na história cristã, as mulheres



eram mais responsáveis que os homens pelo pecado original Gênesis 3 (BERGESCH, 2008, p. 118).

É fundamental destacar neste contexto que, a Bíblia tem duas versões diferentes acerca de como Deus criou os seres humanos: “A primeira diz que a mulher e o homem foram criados simultaneamente por Deus. A Segunda, mais elaborada, diz que Eva foi criada depois, a partir da costela de Adão” (EISLER, 2007, p. 141). Uma das justificativas para estas características atribuídas às mulheres era fundamentada no papel assumido por Eva, a qual foi considerada a grande culpada pela queda do gênero humano. Como punição pelo *pecado* cometido, Eva teria de se submeter a tudo, sofrer e estar sob o governo de um Deus vingativo e, ao mesmo tempo do homem que era seu representante na terra (BERGESCH, 2008, p. 118.). Esta submissão imposta para a mulher fez com que a mesma fosse vinculada à fraqueza da carne, bem como a características voltadas à sensualidade, pecado, tentação, volúpia e, sobretudo, considerada como um ser humano incompleto (GEBARA, 1990, p. 28).

Levando isso em consideração, muitas mulheres vivenciaram e vivenciam ainda esta condição acreditando que este é o seu *destino* viver no sofrimento. Vinculando ao discurso religioso que constrói identidades, a maioria das mulheres se considera como Eva, assumindo ser a origem da maldição humana e sendo reduzida a objeto de sua sexualidade, ou então, idealizada “[...] na imagem da mulher por excelência, Maria, Virgem e Mãe que tenta resgatar a imagem da mulher de toda a fraqueza e mal que lhe foi imputado”. A imagem de Maria expressa “[...] simbolicamente uma reconciliação com aquilo que amedronta”, no caso específico aqui, o sujeito feminino (GEBARA, 1990, p. 33).

Diante do exposto, é possível perceber que as identidades não são fixas, portanto, mutáveis e sofrem influência de vários fatores do cotidiano das mulheres, bem como da religião na constituição das identidades femininas de submissão e até mesmo da violência. Porém, as mulheres têm resistido de diversas formas e, uma delas tem sido através de movimentos feministas que denunciam esta submissão e lutam por direitos humanos para as mulheres.

MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES



Durante toda a história da humanidade sempre houve mulheres que se rebelaram contra as condições que eram impostas, lutaram por igualdade, liberdade e, muitas vezes, pagaram com suas próprias vidas. A inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados, como dogmas insofismáveis. O feminismo é um movimento de resistência contra a opressão das mulheres na sociedade, e teve origem no ano de 1848, na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Nova Iorque. Este movimento adquiriu cunho reivindicatório por ocasião das grandes revoluções e assume várias formas distintas (PINTO, 2012, p. 258).

Entre várias pesquisadoras que estudam os movimentos feministas, Céli Regina Jardim Pinto, professora da Universidade do Rio Grande do Sul, pondera que desde o início da Revolução Francesa, no século XVIII, foi possível identificar mulheres que, embora de forma pouca organizada, lutaram por direitos à cidadania. No Brasil, a primeira fase do feminismo teve a luta das mulheres pelos direitos políticos. Bertha Lutz, uma bióloga e cientista importante, que estudou no exterior e retornou ao Brasil, na década de 1910, foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, uma das principais militantes, cuja organização foi o pedido da aprovação do projeto de lei, que dava o direito de voto às mulheres. Direito este adquirido em 1932 (PINTO, 2012, p. 270).

A segunda fase do feminismo ocorreu entre os anos de 1960 e 1980, chamada de feminismo difuso. As feministas eram mulheres cultas, que possuíam vidas públicas, sendo na grande maioria escritoras, professoras e jornalistas: “[...] essas mulheres tem um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público” (PINTO, 2003, p. 15). Já a terceira fase do feminismo consistiu na organização de movimentos anarquistas e, posterior do Partido Comunista. Ocorreu no início da década de 1990, integrando militantes de esquerda, as quais lutavam para ampliar o debate de sua sexualidade e libertação sexual. Foi nesse período, que as mulheres sustentaram a prerrogativa de reconhecimento e mudanças de suas novas identidades (ANGELIN; HAHN, 2015, p. 75)

Um fato que precisa ser mencionado neste processo de resistência das mulheres e participação nos espaços da vida pública, refere-se à Primeira Guerra Mundial, que foi um marco que propulsionou a entrada das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que os homens estavam na guerra e os espaços nas fábricas



precisam ser preenchidos. A Primeira Guerra Mundial “[...] requisitou as mulheres como força de trabalho para substituir os homens que estavam na guerra, forçando-as a deixar os lares [...] o mesmo ocorreu na Segunda Guerra Mundial” (ANGELIN; MADERS, 2010, p. 101).

Necessário legitimar também que durante o período da Segunda Guerra Mundial (1930-1940), muitas mulheres passaram a trabalhar, contribuindo, assim, para a construção de suas autonomias e independências. Daniela Auad, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/UFJF), em sua obra intitulada *Feminismo: que história é essa?*, faz suas ponderações, afirmando que este período também foi marcado pelo sufrágio universal e a conquista das mulheres ao voto (AUAD, 2003, p. 47). Levando isso em consideração, denota-se que, a luta das mulheres no Brasil foi além do sufrágio, pois, diferentes mulheres contribuíram na luta por direitos de igualdade e cidadania na sociedade brasileira, nas suas mais diversas classes sociais e nos mais distintos campos da política e economia. Vale lembrar que, o feminismo no Brasil foi incorporado primeiramente por mulheres elitizadas, enquanto as mulheres hipossuficientes e colonizadas se organizavam em outros tipos de movimentos para melhorar condições básicas de vida. Mais adiante, ambos os movimentos se uniram e buscaram a positivação de seus direitos, bem como melhores condições de vida para todos os cidadãos e cidadãs, fossem eles mulheres ou homens (AUAD, 2003, p. 71).

O cenário dos movimentos feministas, nos anos 1980 tomou novos rumos. Alguns movimentos feministas passaram a tratar da violência contra a mulher e o acesso à saúde, de forma prioritária. Nesse mesmo período, houve o surgimento e o desenvolvimento do feminismo acadêmico, voltado a pesquisas de ciências humanas e educação realizada nas grandes universidades do país. Os movimentos feministas foram conquistando espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, levando a presença de mulheres nos cargos eletivos e, participando de forma assídua na política (PINTO, 2003, p. 68).

A Constituição Federal brasileira de 1988 é o marco político institucional e jurídico que reordenou o sistema brasileiro, impondo uma adequação a todas as normas legais dos direitos humanos, inclusive dos direitos humanos das mulheres. É importante destacar, que através da Constituição Federal de 1988 se alcançou a



igualdade jurídica entre homens e mulheres, ou seja, as mulheres passaram a ser consideradas iguais a homens, em direitos e obrigações.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL. Constituição Federal de 1988).

Partindo dessa premissa, a própria Constituição Federal de 1988, em vários dispositivos apresenta marcos de avanços conquistados pelos movimentos feministas e de mulheres, como exemplo: a) artigo 3º, inciso IV que promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; b) artigo 7º, inciso XXX que trata da igualdade salarial e, c) artigo 226, § 5º que refere dos direitos e obrigações de ambos os sexos na instituição familiar, conforme segue: “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (PINTO, 2003, p. 58).

Contudo, nos anos 1990, ocorreu uma extensa produção normativa voltada à regulamentação e à promoção de direitos humanos, garantias individuais e sociais na qual se fortaleceram com o processo constitucional. Porém, a classe trabalhadora enfrentou diversos problemas de desestruturação no mercado de trabalho, sofrendo assim, a redução do salário e a precarização do emprego. Nesse sentido, as mulheres menos favorecidas foram mais atingidas e, apesar de alcançarem progressos significativos nas esferas públicas e privadas, continuam a enfrentar diversos obstáculos, inviabilizando o pleno exercício da cidadania. No contexto dessas dificuldades, destacam-se as desigualdades de gênero, o controle da reprodução e da sexualidade, da redução da pobreza e do acesso ao trabalho e aos direitos previdenciários e o mais significativo que é a segurança das mulheres ameaçadas pela violência de gênero (PINTO, 2003, p. 60).

Diante desses fatos, vale destacar a participação das mulheres em espaços políticos da sociedade, ou seja, na legislatura de 1986-1990, foram eleitas 26 mulheres, o que representou 5,7% da casa dos Deputados, sendo que apenas a deputada Moema San Tiago tinha atuação feminista pública. Foi neste período que as feministas, após um encontro em Brasília, escreveram um documento chamado



de *Carta das Mulheres*, que foi o documento mais completo e abrangente produzido na época, estando dividida em duas partes: a primeira propôs uma agenda que ultrapassava em muito os limites dos interesses corporativos das mulheres. O documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, a reforma agrária, entre outras propostas. A segunda parte do documento detalhava as demandas em relação aos direitos das mulheres no que se referia à família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais (PINTO, 2003, p. 72-75).

Depreende-se assim, que muitas das reivindicações que a carta possuía foram atendidas, exceto a questão do aborto que desapareceu do documento. Destaca-se que, “[...] essa última postura estava de certa forma muito atrelada a uma posição de defesa política do governo, o que sem dúvida era a questão do aborto”. Diante da eminência da criminalização do aborto, mesmo em caso de estupro e perigo de vida da gestante, os movimentos feministas promoveram uma campanha de repercussão nacional para que fossem mandados telegramas para manter o direito ao aborto nesses casos (PINTO, 2003, p. 76), o que foi alcançado.

Na última década do século XX, os movimentos feministas sofreram um processo de profissionalização por meio da criação de ONGs, o que fez com que estivessem mais próximas do Estado para aprovar medidas protetivas em prol das mulheres. O ponto central dessa luta foi o combate à violência, principalmente a violência doméstica e familiar contra as mulheres. A maior conquista adquirida pelos movimentos feministas foi a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher (PINTO, 2012, p. 274).

Não se pode olvidar, que ao longo da história as condições de gênero, aqui envolvendo as mulheres, foram colocadas em primeiro lugar pelos movimentos feministas, pois não envolviam somente diferença de sexo, mas também referiam-se às condições que as mulheres eram submetidas. Essas práticas de opressão e submissão foram impostas pelo sistema patriarcal, que funcionou dentro das famílias, na sociedade e, também nas esferas e órgãos do Estado, criando e reforçando identidades femininas de submissão.

Os movimentos feministas lutam juntos, pelo reconhecimento, igualdade, condições dignas de trabalho, saúde, liberdade do corpo e libertação sexual. Conforme observa o professor e pesquisador Walfrido Nunes de Menezes, em sua



obra *Cidadania Feminina*, quando a mulher se transforma em ser sujeito, pode atingir a plena cidadania: “O Ser Sujeito transforma e é transformado em seu processo histórico, mas consciente e atuante nessas transformações, sendo ele mesmo o sujeito do seu crescimento e desenvolvimento e, assim, atinge o pleno exercício da Cidadania Ativa” (MENEZES, 2005, p.66).

CONCLUSÕES

Embora a sociedade atual ainda esteja alicerçada em parâmetros de relações patriarcais, sejam elas visíveis ou veladas, não há como negar que as mulheres, na já tem mais consciência de onde vieram e para onde querem ir, ressignificando e construindo suas próprias histórias, das suas próprias vidas, sendo protagonistas das mudanças de seu próprio mundo, bem como do lugar onde vivem. Com isso, participam direta ou indiretamente na positivação e efetivação de seus Direitos Humanos para elas, bem como juntam a suas lutas, a busca por uma sociedade melhor, mais justa e paritária, sendo protagonistas de mudanças importantes.

A luta das mulheres nos últimos anos, em especial através dos Movimentos Feministas, tem afirmado sua cidadania, proporcionado uma nova visão sobre o papel das mulheres na sociedade, garantindo um reconhecimento mais igualitário entre homens e mulheres e uma participação nas esferas públicas e privadas, mesmo sendo muitas vezes de forma ainda restrita. Tudo isso transformado em normas e leis positivadas que, ainda necessitam ser retiradas do papel, pois a efetivação de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária também necessita perpassar por mudanças culturais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANGELIN, Rosângela. HAHN Noli Bernardo. A contribuição dos movimentos feministas para a cultura dos direitos humanos mediante a perspectiva da racionalidade descentrada. In: **Policromias da diferença: inovações sobre pluralismo, Direito e Interculturalidade/** Curitiba: Juruá, 2015.



ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/6751>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

ANGELIN, Rosângela; MADERS, Angelita Maria. A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos de Direito**. Piracicaba, v. 10, n. 19, jul./dez., 2010.

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, 2005.

BERGESCH, Karen. Falas de violência e o imaginário religioso. In: NEUNFELDT, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara [Orgs.]. **Epistemologia, violência e sexualidade**: Olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal-EST, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**: Anotada. 3. ed. revista e atualizada 2001.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução: Klauss Branduni Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

EAGLETON, Tery. **A idéia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. Revisão Técnica Cezar Mortari. São Paulo: Editora: UNESP, 2005.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro. Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da prosperidade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. São Paulo: Alfa-Omega, 2002.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2000.

MENEZES, Walfrido Nunes. **Cidadania feminina**: um longo e tortuoso caminho. Disponível em: <<http://www.revista2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/60/58>>. Acesso em: 06 de mar. 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e religião**: rumo a uma teologia feminista/Rosemary Radford Ruether; [tradução Walter Altmann, Luís Marcos Sander]. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993.



SILVA, Tadeu Tomaz da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tadeu Tomaz da [Org.]. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000, pp. 103-131.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. In: TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. Primeira Parte, ps. 45-94.

WOLF, S. Comentário. In: TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

WOODWARD, Kathrin. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da [Org.]. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.